

Relatorias de Direitos Humanos



Informe
2009/2011

Edição 1

Sobre as Relatorias de Direitos Humanos

Seis especialistas de direitos humanos acompanharam as principais violações de direitos no território nacional entre 2009 e 2010, a partir de cinco enfoques diferentes: Saúde - direitos sexuais e reprodutivos, Meio Ambiente, Cidade, Educação, Terra, Território e Alimentação.

A Plataforma Dhesca Brasil apresenta uma síntese do trabalho desses especialistas, denominados Relatores/as de Direitos Humanos, para contribuir na promoção da cultura de direitos e para a efetivação dos direitos humanos no Brasil.

Plataforma Dhesca Brasil - 2010/2011

Índice

Sobre as Relatorias

O que são as Relatorias em Direitos Humanos?

▷ 02

Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva

Na cela do castigo, mulheres ficam sem receber remédios, inclusive antirretrovirais

▷ 03

Direito Humano à Terra, Território e Alimentação

Pará: terra marcada por conflitos

▷ 04

Direito Humano ao Meio Ambiente

Missão Xingu Vive analisa impactos de Belo Monte no Pará

▷ 05

Direito Humano à Educação

Enfrentamento ao racismo como questão estruturante da educação brasileira

▷ 06

Direito Humano à Cidade

São Paulo: prioridade para grandes empreendimentos, despejos nas periferias

▷ 07

Sobre as Relatorias de Direitos Humanos

O que são as Relatorias de Direitos Humanos?

As Relatorias de Direitos Humanos são uma iniciativa da sociedade civil brasileira, que têm como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos. O projeto foi implantado pela Dhesca Brasil em 2002, inspirado no modelo dos Relatores Especiais da ONU.

O desafio dos/as Relatores/as é o de diagnosticar, relatar e recomendar soluções para violações apontadas pela sociedade civil. Para verificar as denúncias acolhidas, as Relatorias visitam os locais realizando missões, Audiências Públicas, incidências junto aos poderes públicos e publicam relatórios com recomendações para a superação dos problemas identificados. Para isso, os/as Relatores/as precisam conhecer profundamente as violações investigadas, articular

parcerias e apresentar soluções viáveis por meio de políticas públicas e mudanças legislativas.

Em todas as suas ações, contam com o apoio de organizações locais, redes temáticas, entidades filiadas da Dhesca Brasil e atores da sociedade civil. É função do/a relator/a levar os conteúdos elaborados ao debate amplo da sociedade, a fim de promover uma cultura de direitos humanos e de fortalecer grupos locais, organizações, movimentos sociais e redes de direitos humanos.

A partir do projeto é possível estabelecer indicadores de direitos humanos, avançar nos mecanismos jurídicos e administrativos e mapear as violações de direitos humanos no país. A metodologia desenvolvida no Brasil já foi replicada na Argentina e está sendo levada para outros países, como a Colômbia.

Conheça quem são os/as

Relatores/as de Direitos Humanos

Mandato 2009/2011

Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva

Relatora: Maria José de Oliveira Araújo
Assessora: Cecília Simonetti

Direito Humano à Terra, Território e Alimentação

Relator: Sérgio Sauer

Direito Humano ao Meio Ambiente

Relatores: Marjane Lisboa e José Guilherme Carvalho Zagallo
Assessora: Cecília Mello

Direitos Humanos à Educação

Relatora: Denise Carreira
Assessora: Suelaine Carneiro

Direito Humano à Cidade

Relator: Orlando Alves dos Santos Junior
Assessor: Cristiano Müller

Apoio: EED, ICCO e UNESCO/SDH

Direito à Saúde

Sexual e Reprodutiva

Na cela do castigo, mulheres ficam sem receber remédios, inclusive antirretrovirais

A visita a quatro penitenciárias femininas, localizadas nos estados da Bahia, Pará, Rio Grande do Sul e Pernambuco, deram à Relatoria de Saúde uma noção assustadora da situação das mulheres encarceradas no Brasil. Torturas, tanto físicas quanto psicológicas, somadas à falta de estrutura, de atendimento médico e psicológico e ao acesso precário ao sistema de justiça, compõem um quadro lamentável de violações.

Em um dos presídios, havia uma “cela do castigo”, onde as detentas não recebiam remédios, como antidepressivos e até antirretrovirais. Uma interna grávida, que relatou estar com um feto morto, não foi atendida no hospital e aguardava a expulsão espontânea do feto. No Pará, mulheres aprisionadas em contêineres, atendidas apenas quando gritam ou batem nas celas.

Durante as missões, a Relatoria observou mulheres dormindo no chão, com a presença de ratos, banheiros estragados, inexistência de água encanada, lixo pelos corredores, janelas quebradas. Muitas não possuem advogado e nem defensor público, ou então não conseguem comparecer a audiências

judiciais por falta de transporte.

No perfil das detentas, foi constatada a presença maciça de mulheres com baixa escolaridade, baixa renda, inseridas no mercado do trabalho informal. Para elas, saber “quem está cuidando das crianças” foi uma das preocupações mais recorrentes, sendo que uma das mulheres teve seu filho doado a uma família substituta sem seu consentimento. Muitas foram presas quando levavam drogas, a pedido dos parceiros, o que sugere uma situação de subordinação de gênero.

No sistema penitenciário, a situação de descaso com a saúde das mulheres com HIV se torna ainda mais grave pela superpopulação, precariedade das instalações, dificuldade de acesso a insumos de prevenção e de higiene, violência e assistência deficitária à saúde.

As visitas aos presídios foram definidas a partir de denúncias recebidas por movimentos sociais e entidades feministas. Todas as informações e relatos recolhidos irão compor um importante relatório sobre o tema, que irá indicar recomendações aos órgãos públicos visando a superação dos problemas.

Destaque

- Durante as missões, a Relatoria tem trabalhado com o tema da mortalidade materna, desenvolvendo oficinas de capacitação e estudando casos específicos. Em reunião com os Comitês de Prevenção da Mortalidade Materna, tem apresentado a proposta de indicadores de análise da morte materna evitável utilizando os instrumentos de direitos humanos.

Destaque

- Em Belém, a Relatoria conheceu um caso de mortalidade materna envolvendo uma adolescente de 14 anos, devido à falência múltipla de órgãos causada por infecção puerperal pós-parto cirúrgico. A Relatoria acredita que a morte tenha sido causada pela negligência dos serviços de saúde, agravada pela condição social de pobreza.

30 mil

Este é o número de mulheres encarceradas no Brasil. Estudos do Ministério da Justiça indicam que 51% possui de 18 a 29 anos e que cerca de 50% foi presa por envolvimento com tráfico de drogas.

Direito Humano à Terra, Território e Alimentação

Pará: terra marcada por conflitos

O Pará é o estado mais violento do país quando o assunto é conflito no campo. O problema é fruto da concentração da propriedade da terra, sendo que grande parte das áreas foram formadas a partir da grilagem de terras públicas. Com o asfaltamento da BR 163, a construção de Belo Monte e os investimentos no setor de mineração, madeireira e expansão das lavouras de soja, observa-se um acirramento dos conflitos fundiários, com avanço sobre terras das comunidades tradicionais.

Em novembro de 2009, a Relatoria esteve em Santarém, durante as mobilizações na Gleba Nova Olin-da, onde as comunidades retiveram balsas no rio Arapiuns carregadas de madeira. O Movimento em Defe-

sa da Vida e da Cultura do Arapiuns requeria a medição da madeira apreendida dentro da reserva, para verificar a legalidade da extração. A falta de respostas às reivindicações resultou na queima das madeiras.

A ação auxiliou a revelar um complexo cenário de luta por direitos de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, frente à impunidade de grileiros e madeireiros na região e a demora injustificada de titulação de territórios no estado. Durante a missão, foram constatadas a necessidade da demarcação de terras indígenas e tradicionais, maior fiscalização sob a atividades dos madeireiros e a proteção aos defensores de direitos humanos, ameaçados na região.

Territórios tradicionais enfrentam construção de barragens e transposição do Rio São Francisco

A Relatoria esteve no sertão de Pernambuco e Bahia, onde investigou as ameaças sofridas por comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos agrários com a construção de barragens e com a transposição do rio São Francisco. Entre as denúncias recebidas estão a demora injustificada do relatório antropológico das comunidades indígenas Tumbalalá e Truká, os impactos sofridos pelas comunidades ribeirinhas com a barragem Riacho Seco e o não cumprimento de um acordo entre INCRA e Ministério da Integração, que em 2008 se comprometeu em fazer uma série de compensações às comunidades pela transposição do rio.

Destaques

- O Relator da ONU para o Direito Humano à Alimentação, Olivier De Shutter, recebeu um informe da Relatoria sobre reforma agrária, titulação de territórios tradicionais, o avanço dos transgênicos, uso de agrotóxicos, entre outros. A Relatoria entregou também à Relatora Especial das Formas Contemporâneas de Escravidão da ONU, Gulnara Shahinian, um diagnóstico do trabalho escravo no Brasil.
- Com indicação do Consea, o relator participou, em maio desse ano, de uma da Força-Tarefa das Nações Unidas para a Crise Global de Segurança Alimentar.
- A partir do CDDPH/SEDH, a Relatoria participou da missão aos Vazanteiros/ Rio São Francisco e da visita a Aldeia Indígena no Parque Jaraguá/SP.

30 milhões

É área total, em hectares, de terras griladas no estado do Pará.

De 2005 a 2010, apenas seis títulos de terras foram concedidos a comunidades quilombolas, segundo dados INCRA.

Direito Humano ao Meio Ambiente

Missão Xingu Vive analisa impactos de Belo Monte no Pará

A Relatoria tem enfrentado o tema dos impactos do modelo de desenvolvimento sobre o meio ambiente e as populações. Durante uma missão no Pará, a Relatoria investigou as violações de direitos humanos ocorridas durante o licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. As obras de desvio do rio afetarão a região da Volta Grande do Xingu, onde há duas Terras Indígenas, populações ribeirinhas e assentamentos rurais. A relatoria foi a campo para ouvir as populações afetadas e também esteve nas audiências públicas convocadas pelas 4ª e 6ª Câmaras do Ministério Público Federal; pela Presidência do

Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pelo IBAMA.

Durante as investigações, a Relatoria identificou graves violações, como a não-realização das Oitivas Indígenas, obrigatórias pela Constituição Brasileira e pela Convenção 169 da OIT. Entre os impactos demonstrados por um Painel de Especialistas independentes está a forte redução da vazão do rio, o que levaria a proliferação de doenças, a perda irreversível da biodiversidade, a redução da pesca, bem como a inviabilização da navegação. Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental ignora os relatos da presença de índios isolados.

Missão Caetité investiga contaminação de urânio

O risco de contaminação radioativa em função de acidentes ocorridos na mina de extração de urânio, operada pela INB – Indústrias Nucleares do Brasil, foi o tema de trabalho da missão realizada em Caetité, sudoeste da Bahia. O município possui uma mina de urânio que alimenta o funcionamento das Usinas de Angra I e II, no Rio de Janeiro. A população denuncia a falta de informações e de transparência nas operações da usina. Em 2000, 5 milhões de litros de urânio vazaram para o meio ambiente, contaminando mananciais e o lençol freático da região. Outros acidentes graves que geraram con-

taminações foram confirmados em 2002, 2004, 2006 e 2009, muitas vezes mantidas em sigilo pela INB. Organizações ambientalistas investigaram o caso e testes realizados nos poços d'água para consumo humano indicaram a contaminação de poços localizados a 20 km da área da mineração, área de influência direta da mina segundo o EIA.

Estudos científicos apontam que a população de Caetité apresenta uma incorporação média de urânio no organismo duas vezes maior que os habitantes de Lagoa Real (cidade próxima) e 100 vezes maior que a média mundial.

Destaques

A Relatoria participou do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale e também no Encontro dos Atingidos pelo BNDES. A Relatoria esteve presente na III Reunião do Grupo de Trabalho Articulação Mineração-Siderurgia e no IV Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, sua rede de referência, onde recolheu denúncias de entidades e populações atingidas que orientarão a escolha das próximas missões.

13 mil índios

Ao longo da Bacia do Rio Xingu vivem aproximadamente 13 mil índios e 24 grupos étnicos.

Direito Humano à Educação

Enfrentamento do racismo como questão estruturante da educação brasileira

A Relatoria tem se dedicado ao tema Educação e Racismo, a partir de três eixos: intolerância religiosa contra adeptos/as de religiões

de matriz africana; a garantia do direito à educação a populações remanescentes de quilombos; e o racismo no cotidiano escolar.

Intolerância Religiosa

A equipe visitou os estados do Rio de Janeiro e Bahia e finaliza a missão em São Paulo. Tem ouvido lideranças religiosas, estudantes, profissionais de educação e familiares, pesquisadores/as e autoridades do Ministério Público e das Secretarias de Educação.

Os relatos apontaram para casos de violência física (socos e até apedrejamento) contra estudantes; demissão ou afastamento de profissionais de educação adeptos de religiões de matriz africana ou que abordaram conteúdos dessas religiões em classe; proibição de uso de livros e do ensino da capoeira; omissão diante da discriminação etc.

As denúncias apontam que a intolerância vem aumentando em de-

corrência do crescimento de determinados grupos neopentecostais nas periferias das cidades e de seu poder midiático; da ambigüidade das políticas educacionais com relação à defesa explícita da laicidade do Estado e do insuficiente investimento na implementação da lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em toda a educação básica.

As informações coletadas farão parte do relatório nacional, que será apresentado ao Congresso Nacional, ao Conselho Nacional de Educação, ao Ministério Público Federal, às autoridades educacionais, aos organismos das Nações Unidas e às instâncias internacionais de direitos humanos.

Destaque

- Em março foram aprovadas as Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões, pelo Conselho Nacional de Educação. O Relatório da Missão 2009 sobre Educação nas Prisões Brasileiras é citado no texto das Diretrizes e assumido como subsídio para a elaboração das normas nacionais sobre Educação nas Prisões. As recomendações da Relatoria de Educação foram apresentadas ao Conselho em dezembro de 2009.

Destaque

- Com apoio da UNESCO, a Relatoria articulou reunião da Relatora da ONU para Direitos Culturais, Farida Shaheed, como parte da agenda da missão intolerância religiosa.

Casos referentes a manifestações de racismo na educação vividos ou testemunhados podem ser encaminhados para a Relatoria por meio do e-mail educacao@dhesccbrasil.org.br ou por telefone (11)3151-2333, ramais 103 e 108.

**D
E
N
Ú
N
C
I
A**

**D
A
D
O
S**

Das 680 mil crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 450 mil são negras (UNICEF/Pnad, 2007);

O analfabetismo entre jovens negros de 15 a 29 anos é quase duas vezes maior do que entre brancos (UNICEF/Pnad, 2007);

Direito Humano à Cidade

São Paulo: prioridade para grandes empreendimentos, despejos nas periferias

Com o acelerado processo de urbanização, o acesso ao solo urbanizado e à moradia se torna cada vez mais difícil, especialmente para a população pobre que se vê obrigada a ocupar áreas consideradas de alto risco.

Em dezembro de 2009, a Relatoria realizou uma missão na cidade de São Paulo e região metropolitana para investigar a denúncia de despejos e remoções de comunidades de baixa renda. Durante a missão, foram visitadas nove comunidades, num total de 9.313 famílias, sem contar os 40 mil moradores das 16 favelas que compõem o Complexo Águas Espraiadas, que vivem sob a ameaça constante de remoção.

A Relatoria também conversou

com populações de rua no centro de São Paulo, que sofrem com o desmonte da política de assistência. A missão chegou a presenciar um caminhão da Prefeitura jogando água em alguns moradores que dormiam nas calçadas.

Durante as visitas e nas audiências com órgãos públicos, a Relatoria constatou abundância de recursos para obras de infra-estrutura, mas sem prioridade à habitação de interesse social. Descobriu-se também que a maior parte dos problemas das comunidades visitadas tem relação com grandes obras, como a ampliação da Marginal do Tietê, a implantação do Parque das Várzeas do Tietê e a construção do Rodoanel.

Locais visitados:

- Favela do Sapo
- Favela da Vila Guilherme
- Parque Linear do Tietê

- Favela do Oratório/Sapopemba
- Parque Cocaia I
- Complexo Águas Espraiadas
- Ocupações Dersa-Ecovias (Diadema)
- Comunidade do Jardim Oratório (Mauá).

Missão Piauí

A Relatoria esteve em Teresina e Nazárias, para realizar uma missão de investigação sobre denúncias do grande número de remoções, ameaças de despejo, uso da força policial por ordem do Poder Judiciário e o mau uso do solo urbano, que privilegia a concentração de terras. Foram visitadas as comunidades do Alto da Felicidade, Vila Urbano Eulálio, Vila Corina, Vila Memorari, Vila Amazônia, Parque Universitário e Nazária. Todos os casos de despejos e as ameaças foram oriundos de decisões judiciais em processos que, em sua maioria, não garantiram o devido processo legal aos réus que moravam nas áreas objeto de litígios. Todas as áreas ocupadas pelas comunidades são de domínio privado, particular e têm histórico de abandono e não cumprimento da sua função social.

Destaque

- A Defensoria Pública da Bahia criou o Núcleo de Proteção do Direito à Moradia e realizou uma Audiência Pública, com a presença da Relatoria. O núcleo pretende promover o direito à moradia e potencializar os processos de regularização fundiária de interesse social que demandem assistência e assessoria jurídica.

Destaque

- A experiência das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos foi levada ao Maranhão, que agora conta com uma Relatoria Estadual do Direito à Moradia. A Relatoria participa dos debates de construção da Relatoria Estadual e acompanha os trabalhos.

7,9 milhões

Este é o déficit habitacional no Brasil.

Existem 15 milhões de moradias inadequadas, com ausência de saneamento ambiental e infra-estrutura adequada

O que é a Plataforma Dhesca Brasil

A Plataforma Dhesca Brasil é uma articulação nacional composta por movimentos e organizações de direitos humanos da sociedade civil, que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - Dhesca, visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia. A rede surgiu em 2000, como um capítulo da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos,

Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD).

O objetivo geral da rede é contribuir na construção e fortalecimento de uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias de exigibilidade e justiciabilidade dos Dhesca, bem como incidindo na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais.

A Dhesca Brasil articula a sua atuação nos eixos de trabalho descritos a seguir:

Relatorias de Direitos Humanos

- Com base na experiência dos Relatores da ONU, as Relatorias de Direitos Humanos contribuem para que o Brasil adote um padrão de respeito aos Dhesca.

Projeto Monitoramento em Direitos Humanos no Brasil

- A Plataforma Dhesca Brasil compõe a coordenação do projeto, junto com o Projeto Articulação e Diálogo-PAD, Parceiros do Misereor e MNDH, que constroem os Relatórios Periódicos de DH e o Contra-Informe da Sociedade Civil sobre o Cumprimento do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC).

Protocolo Facultativo do PIDESC

- Juntamente com a PIDHDD, a rede participa e apóia da campanha pela ratificação do Protocolo Facultativo do PIDESC que, em termos gerais, irá permitir às vítimas de violações dos direitos em questão buscarem justiça em âmbito internacional.

Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)

A Plataforma Dhesca Brasil participou de todo o processo da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos e da elaboração do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Desde então, tem defendido a implementação do programa, por entender que ele é resultado de um processo participativo, que articula múltiplas agendas e ações programáticas e que compromete os agentes públicos e as instituições do Estado com a garantia de direitos.

Nesse momento, quando está sendo elaborado o Plano Bianual de Direitos Humanos, a Plataforma Dhesca Brasil, juntamente com outras redes e organizações, acompanha e incide nos debates realizados pelo Comitê Intergovernamental de Monitoramento e Implementação do PNDH 3, para a concretização de metas e diretrizes prioritárias aos avanços das políticas públicas no campo.

Leia a carta no site:
(www.pndh3.com.br)

Expediente



Plataforma Dhesca Brasil – Rede Nacional de Direitos Humanos - www.dhescabrasil.org.br

Produção de Conteúdo: Laura Bregenski Schühli, Danilo Uler, Cristiano Muller, Cecília Simonetti, Cecília Mello e Suelaine Carneiro.

Os dados mencionados neste material foram retirados dos relatórios elaborados pelas Relatorias de Direitos Humanos, todos disponibilizados em nosso site.

Edição: Laura Bregenski Schühli (MtB 8405-PT)

Diagramação: Antonio C. Senkovski – acsenkovski@gmail.com